

GERAL

SOCIEDADE

SP tem 8,4 milhões abaixo da linha da pobreza

Situação em outros Estados é pior, segundo levantamento feito pelo Ipea

MURILO FIUZA DE MELO

RIO - Um em cada quatro habitantes do Estado de São Paulo é pobre, e um em cada dez é indigente. Mesmo assim, a situação de renda da população paulista é melhor que há alguns anos e o Estado ainda é o que tem menor proporção de pobres em todo o País.

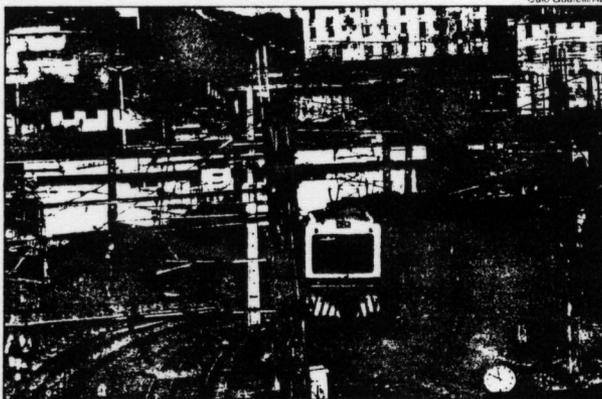
Essas são as conclusões de um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), a partir da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativa aos anos de 1996 e de 1997. O nível de indigência é definido com base no consumo calórico recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seu custo monetário. Na linha da pobreza são considerados também gastos com transporte, habitação e serviços públicos.

"Apesar da economia ter piorado desde então, podemos afirmar com certeza que essa situação de pobreza não se alterou", afirma Marcelo Neri, economista do Ipea e coordenador do IETS.

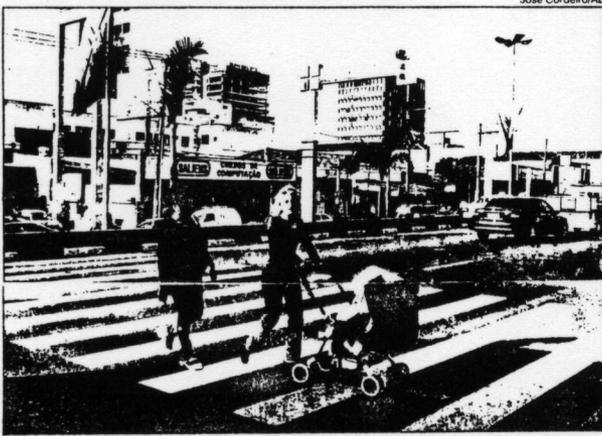
Segundo o trabalho, São Paulo tem hoje quase 8,4 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza - com renda per capita mensal de até R\$ 149. Desses, 3,4 milhões são indigentes, ou seja, ganham menos de R\$ 73. Os valores salariais são referentes a junho de 1999 e refletem os índices usados pela OMS para quantificar a miséria.

Segundo esses dados, 24,5% dos 34,6 milhões de habitantes de São Paulo são pobres. A situação, no entanto, já foi pior. Nas PNADs de 1992 e 1993, a porcentagem foi de 41,2% em relação a 32,4 milhões de pessoas.

Rio e Minas - Os mapas da pobreza do Rio e de Minas Gerais traçados pelo Ipea/Iets mostram resultados piores. Dos 13,5 milhões de fluminenses, 35% viviam abaixo da linha da pobreza há dois anos. Em Minas, os pobres eram 51% de seus 16,8 milhões habitantes. Segundo o estudo, 54% dos brasileiros ganham menos de R\$ 149. A renda domiciliar per ca-



Acima, vista da Cohab de Itapevi, a partir da estação de trens. Abaixo, a Avenida Goiás, em São Caetano do Sul. Os dois municípios representam o contraste da pior e da melhor cidade da Grande São Paulo, respectivamente, segundo levantamento realizado pelo Ipea



pita nacional é de R\$ 240.

Segundo Neri, a urbanização foi um dos principais fatores para a redução da pobreza em São Paulo. "A proporção de pobres é maior nas regiões rurais e São Paulo tem pouca gente nessas áreas." A zona rural, com população abaixo de 20 mil habitantes, e a chamada zona urbana pequena, entre 20 mil e 50 mil pessoas, concentram 26% dos pobres paulistas e só 15% dos habi-

tantes. Na capital moram 20% dos pobres do Estado, enquanto na periferia da região metropolitana, 24%. Na Grande São Pau-

lo, estão as cidades com a melhor e a pior situação do Estado: São Caetano e Itapevi, respectivamente.

RANKING DA POBREZA

OS PIORES			
Município	População	Renda em R\$	Pobres
Itapevi	178,9 mil	177,1	52,47 %
Itaquaquecetuba	272,8 mil	187,9	46,90 %

Custo da miséria paulista equivale a 17% do orçamento mensal de 99

Para erradicar pobreza, seria preciso investir R\$ 512 milhões por mês na área social

Para erradicar a pobreza no Estado de São Paulo, o governador Mário Covas (PSDB) teria de investir R\$ 512 milhões por mês em políticas sociais compensatórias, como projetos de renda mínima. O valor representaria uma transferência mensal de renda de R\$ 60,2, em média, para cada um dos 8,4 milhões de pobres. O custo da miséria paulista corresponde a 17% do orçamento mensal de R\$ 3,03 bilhões previsto para 1999, aprovado pela Assembleia Legislativa em 98.

"Não dá para calcular por quanto tempo o Estado precisaria fazer esses repasses; dependeria dos investimentos públicos nas áreas de saúde, educação e saneamento", explica o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, um dos coordenadores do levantamento que traçou o mapa da pobreza paulista.

Para realizar esse cálculo, Neri utilizou dois dos três indicadores do Banco Mundial para quantificar a pobreza, chamados P0 e P1.

O P0 mede a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Nesse caso, todos os pobres e indigentes têm pesos idênticos. Já o P1, conhecido como "hiato da pobreza" consegue distinguir o pobre do indigente.

O economista dá um exemplo de uma sociedade composta por quatro pessoas: A, que ganha R\$ 500; B, R\$ 140; C, R\$ 120; e D, R\$ 12. "Se utilizarmos uma linha de pobreza de R\$ 132 (valor de setembro de 1996, quando foi realizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, usada no estudo do Ipea), apenas os indivíduos C e D estariam abaixo dela, o que significaria uma proporção de 50% de pobres (P0)", explica.

Cálculo - A distância média em relação à linha de pobreza (P1) corresponde a 25%. Em outras palavras: do total de R\$ 132, a transferência mensal de

renda corresponderia a R\$ 33 por pessoa. No exemplo, os indivíduos C e D precisam, respectivamente, de R\$ 12 e R\$ 120 para que possam sair da linha de pobreza. "A vantagem da proporção de pobres (P0) é obviamente a sua simplicidade", diz Neri. "Por outro lado, P1 nos dá diretamente o custo do melhor programa de combate à pobreza a ser implementado."

No caso de São Paulo, a proporção de pobres (P0) corresponde a 24,5% da população de 34,6 milhões de habitantes - 8,4 milhões de pessoas, em números absolutos. A distância média em relação à linha de pobreza (P1) em São Paulo é de 9,85%.

Custo - Dividindo o salário-limite de R\$ 149 (R\$ 132 reajustado a valores de junho desse ano) por 9,85% chega-se ao valor de R\$ 14,8, o custo médio que cada paulista precisaria pagar para erradicar a pobreza no Estado. Multiplicando esse valor pela população do Estado são obtidos os R\$ 512 milhões mensais necessários para medidas de combate à miséria.

A transferência média mensal de R\$ 60,2 para cada pobre paulista é calculada pela divi-

são dos R\$ 512 milhões pelos 8,4 milhões de pobres paulistas.

Entre setembro de 1996 e de 1997, período em que foi realizada a PNAD, o País ainda estava embalsamado pelos ventos da es-

tabilidade econômica, trazidos pelo Plano Real, antes das crises asiática e russa. Segundo o Ibope, o índice de aprovação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso oscilava em torno de 60% e a renda domiciliar per capita crescia 5,4% ao ano. A proporção de pobres até 1997 caía de 33,4% para 25,5%, com mais pessoas superando a linha de pobreza.

Hoje, o País vive uma realidade mais dura. As crises asiática e russa afetaram a economia nacional a partir de outubro de 97. Em 13 de janeiro de 1999 o brasileiro amanhoeu com a moeda valendo menos. A desvalorização cambial afetou as taxas inflacionárias e o desemprego aumentou ainda mais. (M.F.M.)

SAÚDE E
EDUCAÇÃO
REDUZIRIAM O
PROBLEMA